



**INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
CAMPUS OURO PRETO  
DIRETORIA DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO  
COORDENADORIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO**

**ANA BEATRIZ ARAÚJO SILVA**

**A DUALIDADE ENTRE O DESENVOLVIMENTO URBANO E A  
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: CASO  
OURO PRETO.**

**OURO PRETO  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2014**

**ANA BEATRIZ ARAÚJO SILVA**

**A DUALIDADE ENTRE O DESENVOLVIMENTO URBANO E A  
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: CASO  
OURO PRETO.**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, como parte das exigências do curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, para a obtenção do título de *Tecnólogo*.

**OURO PRETO  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2014**

**ANA BEATRIZ ARAÚJO SILVA**

**A DUALIDADE ENTRE O DESENVOLVIMENTO URBANO E A  
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: CASO  
OURO PRETO.**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, como parte das exigências do curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, para a obtenção do título de *Tecnólogo*.

**APROVADO EM: 04 de setembro de 2014.**

---

Alex Fernandes Bohrer

---

Maria Cristina Rocha Simão

---

Rodrigo Otávio De Marco Meniconi  
(Orientador)

Dedico esta monografia a minha  
mãe Rosângela, ao meu pai Iran  
(em memória) a minha irmã Ana  
Carolina, ao meu sobrinho.

## **Agradecimentos**

Mais um ciclo se completa, mais um sonho mesclado com desafio realizado.

Agradeço a todos que de certa forma me deram este “empurrãozinho” e muita coragem para trocar o que parecia “certo” pelo que de fato era muito “duvidoso”, mas com esforço e entusiasmo eu vim a descobrir que o duvidoso sempre foi o certo.

Agradeço a essa família linda que tenho, a minha mãe pelo incentivo, cumplicidade e amor que só ela sabe dar, a Carolina pelas suas maluquices, ao meu amado Luís pelo olhar de amor depositado em mim, a querida tia Sônia por quem tenho muito amor e admiração.

Ao Xups, que sempre esteve comigo nessa caminhada, obrigada pelo incentivo e enorme paciência.

Aos queridos amigos, aqueles que possuo a tempos, como a querida Mariana Monteiro e o sábio Márcio Valerius, e aos que conquistei nesses anos de Ouro Preto: as companheiras de casa, aos queridíssimos com quem dividi o conhecimento dentro da sala de aula ou nas noites frias de diversão: Ana Paula, Aldo, Cristina (Chica), Rânia, Elô, Roberta.

Agradeço a Natália, Tânia e Lúcia, pelos belos conselhos junto das manhãs e tardes de alegria.

Aos meus professores, não somente os da graduação: Luciana Bracarense, Paola Villas Boas, Rodrigo Meniconi, Cristina Simão, Ricardo Abdalla, Ney Nolasco, Alexandre Mascarenhas, Alex Bohrer como todos os outros mestres que contribuíram de certa maneira com a minha formação.

Por fim, agradeço imensamente ao meu pai, graças a sua sabedoria e sensibilidade eu pude ser tão feliz nesta minha escolha, dedico tudo isso a você onde estiver, minha fonte de inspiração.

Obrigada a todos que me ajudaram direta ou mesmo indiretamente.

Sumário	
Sumário .....	6
LISTA DE SIGLAS.....	8
LISTAS DE FIGURAS.....	9
RESUMO .....	11
1 – INTRODUÇÃO.....	12
2 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	14
2.1 Patrimônio Cultural.....	14
2.2 Centro Histórico.....	15
3 - A TEORIA DA RESTAURAÇÃO.....	16
3.1 – Teóricos influentes .....	18
3.1.1 – Viollet le Duc e Jonh Ruskin.....	18
3.1.2 – Camillo Boito.....	19
3.1.3 – Aloïs Riegl.....	21
3.1.4 – Cesare Brandi.....	23
4 - CARTAS PATRIMONIAIS .....	24
4.1 – Carta de Atenas (1931) .....	25
4.2 – A Carta de Veneza (1964).....	26
4.3 - Principais cartas que abordam a temática deste estudo de caso tratado neste trabalho.....	26
4.3.1 - A Carta Italiana do Restauo (1972) .....	27
4.3.2 – Recomendação de Nairóbi (1976) .....	29
4.3.3 – Carta de Washington (1986).....	31
4.3.4 – Carta de Petrópolis (1987).....	32
5 - SURGIMENTO NO BRASIL DO INTERESSE PELO PATRIMÔNIO	34
5 .1 – O patrimônio ouro-pretano e suas primeiras regulamentações.	35
6 – A DUALIDADE ENTRE O DESENVOLVIMENTO URBANO E A PROTEÇÃO DO PATRIMONIO EDIFICADO EM OURO PRETO - MG. ....	37

6.1 – O interesse por Ouro Preto como cidade histórica.....	37
6.2 - Alguns resultados das transformações no centro histórico ouro-pretano.....	39
7 – CONCLUSÃO .....	58
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	59

## LISTA DE SIGLAS

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Humano Artístico e Nacional.

**ICOMOS** – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**SPHAN** – Secretária de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**DGOTDU** – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. (Portugal)

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**SHU** – Sítio Histórico Urbano.



## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia do início do séc. XX – Edifício do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais.....	40
Figura 2: Fotografia atual do antigo Edifício de Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais. ....	40
Figura 3: Fotografia do início do séc. XX - Rua Tiradentes. ....	41
Figura 4: Fotografia atual – Antigamente Rua Tiradentes hoje Largo do Cinema.....	41
Figura 5: Vista parcial do Bairro Vila Aparecida a direita e Bairro Barra na parte inferior .....	43
Figura 6: Vista Parcial do Bairro Alto da Cruz, detalhe a direita Igreja de Santa Efigênia,.....	43
Figura 7: Imagem dos fundos das edificações do centro histórico, vista da Ponte dos Contos.....	44
Figura 8: Exemplificação de edificação inacabada, construída no chamado centro histórico, com tipologia colonial, futura pastiche. ....	46
Figura 9: Detalhamento da figura 7, evidenciando a tipologia colonial. .	46
Figura 10: Caminho Tronco de Ouro Preto.....	48
Figura 11:Fotografia do início do século XX - Hoje Rua do Ouvidor, ao fundo Igreja de Santa Efigênia. ....	49
Figura 12: Fotografia atual - Rua do Ouvidor, ao fundo Igreja de Santa Efigênia. ....	49
Figura 13: Fotografia da Rua São José, início do séc. XX.....	50
Figura 14: Fotografia da Rua São José atualmente. ....	50
Figura 15: Fotografia da Ponte dos Contos início do séc. XX.....	51
Figura 16: Fotografia da Ponte dos Contos atualmente. ....	51
Figura 17: Fotografia da Praça Tiradentes início do século XX. ....	52
Figura 18: Fotografia da Praça Tiradentes atualmente.....	52
Figura 19: Fotografia do início do século XX, Largo Frei Vicente Botelho, bairro Antônio Dias.....	54
Figura 20: Fotografia atual, Largo Frei Vicente Botelho, bairro Antônio Dias.....	54
Figura 21: Exemplo de casas no bairro Vila Aparecida. ....	55
Figura 22: Fachada principal, edificação no bairro Vila Aparecida. ....	55

Figura 23: Parte da Fachada da edificação no bairro Vila Aparecida. ...	55
Figura 24: Fachada principal da edificação no bairro Vila Aparecida. ...	55
Figura 25: Fotografia do início do século XX, com vista parcial da cidade, em foco a Ladeira de Santa Efigênia. ....	56
Figura 26: Fotografia atual, com vista parcial da cidade, em foco a Ladeira de Santa Efigênia. ....	56
Figura 27: Ladeira de Santa Efigênia, exemplo de finalizações da obra de uma casa no estilo colonial. ....	57
Figura 28: Exemplo de casa no estilo colonial, com garagem adaptada. ....	57
Figura 29: Vista parcial da Ladeira de Santa Efigênia e sua ocupação por casas no estilo colonial. ....	57
Figura 30: Detalhe das casas coloniais na Ladeira de Santa Efigênia. .	57

## RESUMO

O estudo de caso, proposto neste trabalho de conclusão de curso, tem como importância abordar questões a serem repensadas a favor da conservação e preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Ouro Preto.

Para introduzir o tema são feitas definições de alguns termos que ao longo do estudo podem ser de extrema importância para um bom entendimento, sendo estes: “Patrimônio Cultural” e “Centro Histórico”.

Após as definições expostas, início o estudo da temática com os Teóricos da Restauração, principiando o assunto com os fatos e momentos históricos em que o interesse pela teoria da restauração surgiu. Em seguida serão pontuados os precursores: Viollet le Duc, John Ruskin, Aloïs Riegl e Cesare Brandi; seguido de sucintas explicações da corrente defendida por cada um deles.

Em seguida exponho explicações acerca do que são as cartas patrimoniais. Introduzo o assunto com esclarecimentos do momento histórico que passava o patrimônio cultural para a elaboração daquela que deu ponta pé inicial para a confecção de várias outras cartas; após entendimentos iniciais, aprofundo pontuando as que se encaixam no tema abordado neste estudo.

Finalizando, o tema, *A Dualidade entre o Desenvolvimento Urbano e a Proteção do Patrimônio Edificado*, exponho sobre os interesses no Brasil pela preservação de seu patrimônio cultural, para em seguida fazer um recorte para a esfera de Ouro Preto.

Assim, são destrinchados motivos que resultaram no falseamento dos centros tombados podendo desta maneira, partir da carência de uma legislação mais inteligente, embasada em estudos das cartas patrimoniais, ou junto com as teorias propostas pelos estudiosos da Restauração, como fonte adequada na elaboração de intervenções.

Finalizo o estudo com a ideia de comparações entre algumas fotografias tiradas no início do século XX, correlacionadas com as da atualidade (2014).

## 1 – INTRODUÇÃO

Estudo direcionado à análise do desenvolvimento urbano em contraponto com o patrimônio cultural edificado, mostrando a importância da diferenciação entre as tipologias arquitetônicas de séculos passados e a produção contemporânea, desta forma, afirmo que, esta distinção deve ser claramente visível, porém nem sempre isto acontece. Existem casos em que cidades com grande número de exemplares de bens históricos, tratam a arquitetura contemporânea como “invasora”, criando artifícios para que esta seja mimetizada, como uma espécie de “camuflagem” vista aos olhos dos espectadores.

O costume de “maquiar” as edificações recentes vem trazendo a problematização que resulta no falseamento histórico, com a transmissão da sensação de antigo visto em algo que na realidade é recente.

O objetivo deste estudo é o levantamento histórico e legislativo que aborda a temática de proteção ao patrimônio cultural, confrontando-o com o desenvolvimento urbano, bem como pesquisas relativas ao surgimento da preocupação com o patrimônio brasileiro. Comparações fotografias relacionadas com a paisagem urbana antes e depois também serviram para ilustrar e esclarecer o argumento.

A importância deste estudo mostra ser de cunho científico na medida em que o desenvolvimento urbano em centros históricos necessita de estudo adequado; e principalmente social, uma vez que pretende mostrar para a sociedade, de forma correta, o que é importante saber e observar em seu patrimônio cultural.

A partir da temática escolhida, houve a delimitação do espaço a ser estudado, em seguida faço um levantamento direcionado à legislação vigente, com a finalidade de dar suporte à regulamentação do patrimônio cultural edificado e a sua relação com aquele que se encontra em constante desenvolvimento; juntamente das análises bibliográficas feitas em livros, artigos, estudos e acervos fotográficos.

Após a revisão da bibliografia, início um estudo comparativo, relacionado as fotografias antigas encontradas em acervos, com as fotografias atuais,

podendo assim, pautar críticas com base nos resultados das imagens analisadas.

Este trabalho é dividido em seis momentos, sendo o primeiro voltado a definições de terminologias que são usadas para melhor entendimento no decorrer da leitura. No próximo momento é feita uma revisão bibliográfica com base nas teorias da restauração em seguida nas cartas patrimoniais. Após, utilizo a contextualização histórica vivida no Brasil no momento do despertar para o interesse patrimonial, em seguida lanço um recorte para cidade de estudo, Ouro Preto. A parte final é baseada no estudo de casos dentro da cidade escolhida, juntamente de fotografias registradas.

## 2 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES.

### 2.1 Patrimônio Cultural.

Entende-se que existem amplas definições para a termo patrimônio cultural, ao observá-las, facilmente é encontrada aquela que melhor encaixa no contexto proposto para este estudo de caso.

No campo da educação, pode-se verificar no ponto de vista de Levi-Strauss (2008) o termo cultura como sendo “Cultura é um conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Segundo Marconi & Presotto (1989):

A cultura é dinâmica e contínua, em virtude de estar constantemente se modificando, face ao contato com outros grupos, ou com as próprias descobertas e invenções, ampliando, dessa maneira, o acervo cultural de geração em geração.

Já associando o termo patrimônio cultural especificadamente com o conceito histórico, podemos evidenciar o pensamento de CHOAY (2006) que diz:

Patrimônio histórico: a expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

De acordo com ponto de vista voltado a filosofia, o patrimônio pode ser pensando de acordo com três noções, a de tempo, a de espaço e a de valor; atribuído a cada uma destas noções, definições específicas.

Para o conceito tempo, pode-se determinar, segundo a visão de Elias (1998), ditando ao tempo um elemento criado propriamente pelo homem, que “tem acompanhado a evolução da humanidade” resultando num conjunto de

relações humanas. Voltando o significado da ideia de tempo para um conceito atual, pode-se verificar que é algo que apresenta um movimento constante, que o presente se torna passado e o futuro se torna presente. O tempo é tido como grande aliado para se entender a mudança, sendo assim uma medida linear ininterrupta.

A definição do termo espaço, segundo Milton Santos (1996), é um conjunto inseparável de objetos e ações. Sendo o tempo uma medida linear ininterrupta, podemos afirmar que o espaço é tridimensional podendo ser mensurável a partir da matemática trabalhando com as coordenadas x, y e z. Para compreender o espaço basta observar as noções dadas de proximidade e distancia ligadas as relações entre os corpos.

No entendimento do termo valor, é definido por meio do consenso entre homens, logo, a noção de patrimônio é entendida quando conferimos valor aos bens correlacionados ao tempo e espaço.

Podendo observar que ao se tratar do patrimônio estamos lidando diretamente com valores, pois “a conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio.” Cury (2004, p.)

Com as definições anteriores, é permitido deduzir que para que a cultura se manifeste em todos os seus significados e leque de diversidade, é preciso um meio, sendo este, o ser humano, assim, pode-se resumidamente concluir que a cultura é uma condição humana.

De forma sucinta para entendimento do termo Patrimônio Cultural, o conceito defendido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Humanos Artístico Nacional) é de extrema importância, em que se conclui, “Patrimônio Cultural pode ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade da sociedade brasileira”.

## 2.2 Centro Histórico.

As cidades são resultantes do convívio social que a constroem de forma física e cultural. Desde as cidades pequenas até as em grande porte territorial e habitacional, existem funções específicas como: social, econômica e cultural, sendo assim possuidoras de manifestações passadas que são transmitidas para a população atual, tornando a cidade um espaço de transição.

Toda cidade possui um núcleo onde são desempenhadas atividades comuns para todos que ali vivem. Este núcleo pode ser visto nos centros históricos tendo a sua origem normalmente na área central do território.

Para Barata Salgueiro (1999)

As partes mais antigas da cidade” compõem “sucessões de testemunhos de várias épocas, monumentos que nos traz vivo o passado, nos da dimensão temporal com a sequência dos fatos que estruturam as identidades.

Para definir o centro histórico fisicamente dentro de uma cidade, pode parecer facilmente reconhecido dentro daquelas entendidas como pequenas, pois costumam se expandir ao redor deste núcleo.

No caso de grandes cidades, possuidoras de vários núcleos urbanos, distingue-se centro histórico, aquele possuidor de construções de momentos passados, como lembrado por Cavém (2007, apud SEBASTIÃO, 2010): “cidades grandes formadas por períodos históricos múltiplos, em que os conjuntos urbanos do século XIX podem ser legitimamente considerados como históricos”.

Como conclui Sebastião (2010)

Este núcleo corresponde assim ao centro funcional tradicional das cidades, o qual apesar de ter perdido alguma atratividade, tendo-se tornado menos acessível que outras áreas novas

Concluindo, segundo a Cavém (2007, apud SEBASTIÃO, 2010)

permanecerá sempre como parte antiga da cidade, e isso explica que o elemento mais marcante de um centro histórico na actualidade seja a sua imagem simbólica.

### 3 - A TEORIA DA RESTAURAÇÃO.

No início, antes de todas as fundamentações acerca do ato de restaurar, não se tinha como foco prioritário restaurar ou melhor, preservar testemunhos históricos, mas, sim, reparar aquilo que de certa maneira deixou de cumprir com



dada função; a princípio um certo edifício não era ou é considerado como elemento possuidor de valor histórico mas, como um bem que exerce algum tipo de utilidade naquele dado momento.

Os pensamentos voltados a ação de restaurar propriamente dita, e fundamentada em conceitos específicos, tem surgimento nos séculos XVIII e XIX.

O movimento cultural e artístico que mostrou uma das primeiras noções em valorizar da história foi o Renascimento que surgiu na Itália nos séculos XIV e XV. Este movimento mostra ser o primeiro a ter preocupação com o passado, ao tentar adotar algumas medidas afim de vivenciar o estilo greco-romano, porém não só vivenciar mas também conservar amostras daquilo que ficou no passado.

O que de fato contribuiu com maior peso para o interesse em preservação e restauração pode ser visto na França junto de um fato histórico marcante; a Revolução Francesa, em 1789, que acarretou em grande destruição de vários monumentos, acentuando a necessidade de uma linha de atuação e definição de critérios para intervenções. Os franceses se mostraram preocupados com o destino de seus monumentos, foi então em 1794 que a Convenção Nacional Francesa, promulga um decreto:

Os cidadãos são os depositários de um bem, do qual a comunidade tem direito a pedir contas. Os bárbaros e os escravos detestam a ciência e não respeitam as obras de artes. Os homens livres as amam e conservam

Dado o ponto de partida na França, o restante da Europa vê a necessidade de preservação, assim, diferentes práticas e teorias vão surgindo ao longo dos tempos, mas todas com um objetivo em comum, a preservação e proteção do patrimônio.

### 3.1 – Teóricos influentes

#### 3.1.1 – Viollet le Duc e Jonh Ruskin.

Le Duc, nascido na cidade de Lausanne no ano de 1814, foi um dos primeiros a fundamentar a teoria da restauração, influenciando os trabalhos realizados no século XIX.

Arquiteto, escritor, desenhista, crítico e historiador da arte, tinha como preferência as obras tidas com estilo da idade média, afirmando que o estilo gótico seria a maneira mais racional de se construir.

Seus estudos em relação a restauração defendiam a destruição de todos os acréscimos de épocas anteriores de modo a restituir cientificamente o original, assim, segundo o mesmo “conduzir o monumento ao estado mais puro”, mesmo que este estado “mais puro” seja justificado a partir de uma forma que nunca antes existiu, neste caso, o teórico sugere que o arquiteto-restaurador atuante, se coloque no lugar do autor da obra originalmente, assim poderá alcançar quais seriam as ideias iniciais pretendidas para a mesma.

Para Le Duc as ideias iniciais poderiam ser resgatadas a partir de pesquisas em documentos e desenhos, porém quando não existentes, o responsável pela obra de restauração, deveria reconstruir tudo aquilo que o monumento necessitaria para se tornar melhor, corrigindo aquilo que julga “defeituoso” na obra original.

Em contraponto na Inglaterra na mesma época em que Le Duc expunha suas teorias, surge a corrente defendida por John Ruskin.

John Ruskin natural da Inglaterra, nascido no ano de 1819, era escritor, crítico de arte e sociólogo, viria a falecer no ano de 1900 com transtornos psicológicos.

O teórico defendia a ideia de que, o trabalho realizado pelos artifices deveria sempre ser respeitado, assim acreditava que partes acrescentadas as obras desses trabalhadores seriam consideradas como “mentiras arquitetônicas”.

Sua principal publicação, na área de teoria da restauração, leva o título de *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*, de 1849. Neste livro para cada lâmpada era tratado um assunto relacionado a arquitetura. A que mais nos interessa é a

Lâmpada da Memória, em que o autor expõe suas ideias sobre discussões relacionadas a edifícios antigos.

O autor reflete sobre o patrimônio como um meio que se transmite para o futuro todo o trabalho daqueles para que a obra fosse feita.

Que seja um trabalho tal que nossos descendentes nos agradecerão e pensemos que como, colocamos pedra sobre pedra, haverá um tempo em que estas pedras torna-se-ão sagradas porque nossas mãos as tocaram. E os homens dirão quando olharem para o trabalho e a substância áspera delas. Vejam! Isto foram os nossos pais que fizeram para nós.

Assim as obras deveriam seguir a ação natural de envelhecer, deixando fluir naturalmente a passagem do tempo.

Ao desenvolver de suas ideias, tempos mais tarde, Ruskin afirma que o restauro pode ser algo necessário, porém, somente utilizado para reparar danos estruturais.

“Amarrá-lo com ferro quando estiverem desmoronando, apoiá-lo com escoras de madeira quando estiverem ruindo”. Concluindo ainda que “é melhor uma muleta que perder o membro”. Ruskin (2000)

Ruskin demonstra seu profundo respeito não só pelo valor artístico de dada obra, mais também a valorização do passado, evidenciado pelas marcas deixadas pelo tempo.

### 3.1.2 – Camillo Boito

Teórico da restauração italiana, nascido na cidade de Roma no ano de 1839, vindo de uma família considerada de prestígio intelectual, Boito era arquiteto formado pela Academia de Belas Artes de Veneza, além de restaurador, professor, crítico e historiador da arte.

A partir de 1880 Camillo Boito dedica-se a elaboração de ideias e política de tutelas acerca da restauração do patrimônio, seu trabalho gerou grande repercussão e circulou por toda a Europa.

O ano de 1883 é marcado pela sua exposição na cidade de Roma, no III Congresso de Engenheiros e Arquitetos Italianos, assim o resultado foi a adoção desse pensamento pelo Ministério da Educação.

As ideias por Camilo Boito defendidas, foram resultantes das melhores doutrinas, consideradas por ele, de Viollet Le-duc e John Ruskin. Estas seriam:

- Ênfase no valor documental. Conhecido desta forma de Restauro Filológico, que tem o monumento como testemunha e documento histórico.
- Evitar acréscimos e renovações. Quando necessário, devem ter caráter diverso do original sem destoar do restante do conjunto.
- Complementos ou partes faltantes. Deveriam ser de material diferenciado mas que sejam a forma original ou ainda que tenham a data do restauro realizado.
- Respeitar as várias fases do monumento. A renovação de elementos só seria feita quando a qualidade artística fosse inferior à do edifício.
- Obras de consolidação deveriam limitar-se estritamente ao necessário.
- Registrar as obras. Utilização de fotografia, descrições e justificativas entregues à entidade competente.
- Colocação de uma lápide de inscrição para apontar a data e as obras de restauro realizadas.

As diretrizes citadas, se consolidaram no século XX dando grande ênfase ao conceito de valor documental e histórico presentes numa obra. Outro preceito de Boito de grande relevância foi a importância dada a distinguibilidade de materiais utilizados nas intervenções e o conceito de mínima intervenção.

Quando as intervenções restauradoras se tratavam no campo de esculturas, Boito defendia que era nula qualquer tipo de procedimento, quando relacionado a pintura sugeria que se faça o mínimo.

...o restaurador, no fim das contas, oferece-me a fisionomia que lhe agrada; o que eu quero mesmo é a antiga, a genuína, aquela que saiu do cinzel do artista grego ou romano, sem acréscimos

nem embelezamentos. [...] restaurações, de modo algum; e jogar imediatamente fora, sem remissão, todas aquelas que foram feitas até agora, recentes ou antigas. BOITO (2004, p.44)

### 3.1.3 – Alois Riegl

Nascido no ano de 1858, historiador da arte pela Escola de Viena de História da Arte, nomeado em 1902 presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, onde resultou no trabalho de reorganização da legislação que regia a conservação dos monumentos locais, como resultado gerou sua publicação “O Culto Moderno dos Monumentos”.

Riegl foi grande precursor da teoria da restauração chamada Restauro Científico, que preocupava expor as diversas fases históricas pelas quais um monumento passa, condenava o acréscimo de elementos, apresentados como falsos, ressaltava o valor que o entorno tinha relacionado ao monumento em questão:

“Renegar o novo por ser novo equivale a sacralizar o passado é negar a contemporaneidade seu próprio direito a história” Riegl (1999)

Segundo seus estudos, encontrados na publicação O Culto Moderno dos Monumentos (1903) é iniciado a discussão dos valores empregados às obras de arte sendo de monumentos e os monumentos históricos, seguindo as definições segundo sua teoria que cada um desses emprega.

Monumento: entende como sendo uma obra realizada pelas mãos humanas, criada com uma finalidade específica de se manter presente na consciência de futuras gerações.

- Monumento históricos: São todas as obras que possuem valores históricos.

O termo monumento, mediante a teoria de Riegl sofre subdivisões sendo estas:

- Valor rememorativo: estando diretamente ligado a memória, história e história da arte.
- Valor de contemporaneidade: ligado a satisfação de necessidades materiais e espirituais manifestadas pelo homem moderno

Os valores rememorativos estão compreendidos em outros valores sendo esses: o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor rememorativo intencionado. Seguindo assim suas definições:

- Valor de antiguidade: Seria a transitoriedade existentes nas criações do homem, cujo ao fim se chega a degradação. Identificação: A aparência de envelhecimento e perda da superfície.
- Valor histórico: Caracterizado ao monumento quando este representa alguma evolução dentro do campo criativo do homem. Identificação: A legitimidade da obra comprovada por meio documental.
- Valor rememorativo intencionado: São monumentos que não se convertem ao passado, devendo sempre demonstrar vivacidade para os futuros contempladores. Identificação: identificado pelo seu grau de integridade junto da transmissão de mensagem ao qual foi nomeado. Ex.: Obeliscos, estátuas e marcos.

Os valores de contemporaneidade também encontram subdivididos por outros, sendo eles: o valor instrumental, o valor artístico de novidade e o valor artístico relativo. Seguindo assim, suas definições:

- Valor instrumental: São as condições designadas ao uso de certos instrumentos na prática. Identificação: quando se pode ser de alguma maneira utilizado.
- Valor artístico de novidade: Refere-se à aparência da obra, sendo está intacta, demonstrando perfeito estado, transmitindo um caráter de novidade. Identificação: aparenta ser novo sem marcas da passagem do tempo.

Valor artístico relativo: Quando uma obra de gerações anteriores passa a ser apreciada pelas gerações posteriores. Identificação: neste caso a identificação somente pode ser feito a partir de um estudo técnico específico.

A partir dos conceitos acima identificados por Aloïs Riegl, percebe-se que este contribuiu enormemente para a parte teórica dessa corrente de pensamento, além do mais vale pena ressaltar, que todos os valores comentados são compatíveis com o contexto em que o patrimônio cultural hoje se encontra.

### 3.1.4 – Cesare Brandi

Teórico da restauração da escola italiana, conhecido como “restauro crítico” teve sua teoria publicada no livro Teoria da Restauração, do ano de 1964, sendo atualmente umas das principais referências no assunto.

Sendo a obra de arte um produto da ação humana, está, se torna assim a partir que a consciência de dado indivíduo a reconhecer como tal, diferenciando-a das outras. Entendendo que, antes deste reconhecimento, a obra de arte é vista somente como obra de arte em potencial. Concluindo que, a intervenção de restauração somente ocorre quando dada obra já é reconhecida como obra de arte, e para que este conhecimento continue perpetuando, a conservação da sua materialidade é fundamental.

Como sendo um produto da ação humana, a obra de arte encontra em duas instâncias:

- Estético: Por meio do qual é obra de arte.
- Histórico: Pois já foi realização pela ação em determinado tempo e lugar.

BRANDI (1964) sugere a seguinte afirmação:

A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consciência física e na sua dúplici polaridade, estética e histórica, como vistas a sua transmissão para o futuro.

Por meio desta afirmação, o teórico propõe dois axiomas, sendo eles:

**1º axioma:** Restaura-se somente a matéria da obra de arte. Não existe matéria de um lado e imagem de outro. Assim na intervenção deve-se concluir por aquilo que exige a instância estética porque a obra de arte não depende da sua materialidade, mas de sua artisticidade.

Desta forma, o que deve ter relevância é o aspecto.

**2º axioma:** A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível, sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da

obra de arte no tempo. (Mais a frente está questão será de fundamental importância ao estudo proposto).

A partir dos interesses estéticos e históricos é que se define o que pode ser feito em se tratando do potencial da obra, podendo pontuar esses atos em três:

- A restauração deve ser sempre deixada facilmente reconhecível, mas sem infringir a unidade potencial da obra.
- A matéria só é insubstituível quando ela colabora diretamente para a figuratividade da imagem, e não para o que é estrutura. Isso implica uma maior flexibilidade nas alterações de suportes e estruturas.
- A intervenção deve facilitar eventuais intervenções futuras.

Quando a intervenção for sinônimo de reconstrução, para Brandi esta ação poderá ser aceitável quando existir indícios suficientes para isto, valendo lembrar que é importante sempre deixar claro que está é uma intervenção contemporânea, destoando dos originais.

A ação de restauração depois de realizada deve ser vista como uma efetivação histórica, por se tratar de uma ação humana que contribuirá para a transmissão da obra de arte para a posterioridade.

Na atuação prática essa exigência histórica deverá traduzir-se na diferença das zonas integradas, mas também no respeito pela pátina, que pode ser concebida com o próprio sedimentar-se do tempo sobre a obra.

Além da ação de restauro, BRANDI (1964) também propõe a chamada restauração preventiva, questionando “Por que a restauração preventiva não é só prevenção?”, assim respondendo a questão, “qualquer providencia voltada para assegurar no futuro a conservação da obra de arte como imagem e matéria entra no conceito de restauração”.

#### 4 - CARTAS PATRIMONIAIS



As cartas patrimoniais têm como finalidade elaborar condições de atuação relacionados com a conservação do patrimônio cultural, elas são resultantes de encontros realizados por instituições como ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e em sessões da Unesco.

O objetivo das cartas é a definição de diretrizes relacionadas a conservação de monumentos afim de definir práticas exercidas para conservá-los. É interessante ressaltar que estas cartas não possuem poder jurídico, porém servem de base para que os Estados fundamentem suas legislações acerca dos temas que as cartas patrimoniais abordam.

Quando a primeira carta foi publicada, o patrimônio se encontrava em grande contexto de destruição, fato causado pela I Guerra Mundial.

A partir daqui serão discutidas algumas cartas; aquelas que melhor tiveram representatividade em lançarem estudos e inovações a respeito do patrimônio.

#### 4.1 – Carta de Atenas (1931)

A chamada carta de Atenas foi a primeira publicação deste tipo, a situação em que está foi exposta era de pós I Grande Guerra, que causou a necessidade do resgate de monumentos que por motivo de violência foram destruídos. Os europeus se organizam em uma conferência e debateram o tema que resultou na elaboração da mesma.

A carta aborda os seguintes pontos:

- A importância da preservação patrimonial para as posteridades;
- A necessidade de união por partes dos países;
- A importância do uso que será dado aos monumentos em concordância com o seu significado histórico;
- O incentivo da manutenção destes monumentos, afim de evitar grandes danos;
- O reconhecimento das características encontradas no entorno do monumento;
- A tecnologia atualizada, desde que seja claramente diferenciada do original;

- O uso da anastilose<sup>1</sup>;
- A Educação Patrimonial é vista como o melhor meio para que se alcance a conservação de objetos;

#### 4.2 – A Carta de Veneza (1964)

A carta de Veneza foi a segunda publicação, com um espaço de tempo de 30 anos em relação à carta de Atenas, é vista como grande influência até os dias atuais, nela foram abordados temas como:

- Reforça a importância que se deve dar a manutenção de monumentos, evitando intervenções mais complexas;
- Reforça o uso de técnicas modernas;
- Estimula o uso adequado com a rotina contemporânea com características estéticas e históricas, como o caso do uso da anastilose;

As novas questões que foram abordadas na recomendação seguem:

- As adições, independente do período em que foram feitas, devem ser preservadas, a não ser que estas estejam prejudicando algum elemento anterior ou não condizem harmoniosamente com o conjunto;
- A partir daqui o patrimônio não é mais um elemento visto como isolado, ele se encontra associado com termos culturais e espaciais.
- O meio ambiente é tratado na Carta, agora ele é visto como objeto de interesse patrimonial, tanto no caso isolado, como quando encontrado em conjunto com edifícios construídos.

4.3 - Principais cartas que abordam a temática deste estudo de caso tratado neste trabalho.

A seguir foram selecionadas dentre várias cartas e recomendações, aquelas que melhor abordam o estudo de caso em questão.

---

<sup>1</sup> Anastilose, recomposição de obras que se tiverem fragmentado, assentamento de obras parcialmente perdidas reconstruídas as lacunas de pouca identidade com técnica claramente distinguível ao olhar ou zonas neutras aplicadas em nível diferente do das partes originais (...) CURY (2004, p. 149)

#### 4.3.1 - A Carta Italiana do Restauro (1972)

Esta carta foi baseada na Teoria da Restauração, publicada pelo teórico Cesare Brandi, nela se observa a presença de instruções técnicas que devem ser utilizadas no momento de uma intervenção, segue a linha clara do restauro crítico; em que percebe-se a recomendação da utilização do juízo crítico entre as instâncias estéticas e históricas. Englobando desta maneira, grande auxílio ao estudo abordado neste trabalho.

Enfatizando algumas passagens de grande relevância para o entendimento claro deste assunto segue o enfoque para o Artigo 6º que diz:

1 – aditamentos de estilo ou analógicos, inclusive em forma simplificada, ainda quando existirem documentos gráficos ou plásticos que possam indicar como tenha sido ou deva resultar o aspecto da obra acabada;

Como dito acima, a Carta desconhece qualquer tipo de aditamento ao estilo, mesmo que haja documentação comprobatória para que isso aconteça. O aspecto da obra deve ser aquele em que esta foi concluída, e não aquilo que se tinha pretensão que a concluísse. Ainda no Artigo 6º:

2 – remoção ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo, a menos que se trate de alterações limitadas que debilitem ou alterem os valores históricos da obra, ou de aditamento de estilo que a falsifiquem;

Nesta passagem, é destacado o caso de mudanças que podem afetar a transmissão que a obra passa para aqueles que a apreciam. Como o caso de falso histórico, quando pensamos que o que vemos é algo relativo a certo período histórico, porém o que está diante do apreciador é algo “novo que imita o antigo”.

Focando no que o artigo 7º tem para sugerir, este diz sobre operações ou reintegrações que podem ser admitidas a partir de algumas metodologias, vejamos o item 1:

1 – aditamentos de partes acessórias de função sustentante de pequenas partes verificadas, executadas, se for o caso, com clara determinação do contorno das reintegrações, ou com

adoção de material diferenciado, embora harmônico, facilmente distinguível ao olhar, particularmente nos pontos de enlace com as partes antigas e, além disso, com marcas onde for possível.

Como observado, “modificações” podem ser permitidas, porém, estas só são aceitas quando não existir outra maneira de conservação. Quando esta ação for de extrema necessidade, é de extremo valor a distinguibilidade daquilo que é “novo”. Este caso é abordado novamente no Artigo 10º, enfatizando o conceito de diferenciação, como observado:

(...) se, contudo, forem indispensáveis modificações de tal gênero com vistas ao fim superior de sua conservação, essas modificações deverão ser realizadas de modo que evitem qualquer dúvida sobre a época em que forem empreendidos e da maneira mais discreta possível.

A Casta do Restauro ainda teve a preocupação em trazer nas partes anexas recomendações importantes que viriam a ser tratadas em cartas posteriores, como visto em seu Anexo B que trata das “*Instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas*” assim trazendo pontos de interesse neste trabalho, como “(...) Uma exigência fundamental da restauração é respeitar a salvaguarda a autenticidade dos elementos construtivos.” Uma vez que determinado objeto é “infiltrado” em dado contexto histórico que não é relativamente o seu, este demonstra ser de falsa autenticidade.

O Anexo D, também é de extrema importância para o entendimento deste caso, uma vez que trata das “*Instruções de tutela dos centros históricos*”, observando assim a abordagem de assuntos correspondentes a preservação dos centros, que são o foco do estudo, recomendando:

Com o objetivo de certificar-se de todos os valores urbanísticos, arquitetônicos, ambientais, tipológicos, construtivos etc., qualquer intervenção de restauração terá que ser precedida de uma atenta leitura histórico-crítica, cujos os resultados não se dirigirão tanto a determinar uma diferenciação operativa – posto que em todo o conjunto definido como centro histórico dever-se-

á operar com critérios homogêneos – quanto, principalmente, à individualização dos diferentes graus de intervenção a nível urbanístico e a nível edílico, para determinar o tratamento necessário de saneamento de conservação.

#### 4.3.2 – Recomendação de Nairóbi (1976)

Esta recomendação realizada pela Unesco em sua 19ª sessão, trata da salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.

O assunto é introduzido pela importância da preservação que os conjuntos históricos necessitam:

Considerando que, diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as ações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade.

A partir desta afirmativa conclui-se

Constatando que, no mundo inteiro, sob pretexto de expansão ou de modernização, destruições que ignoram o que destroem e reconstruções irracionais e inadequadas ocasionam grave prejuízo a esse patrimônio histórico.

Após algumas considerações a recomendação parte para definições que considera de relevância, como as contidas no item “a”, que trata do “*conjunto histórico ou tradicional*”:

Considera-se ‘conjunto histórico ou tradicional’ todo agrupamento de construções e de espaços (...) que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sociocultural.

Definindo que “esses ‘conjuntos’, que são muitos variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos (...)”

Partindo para os princípios gerais que nesta recomendação são tratados, destaca-se o item “4”, com importância para o estudo que mais à frente será melhor formulado, este diz:

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as que resultam de uma utilização impropria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade, que atentam contra sua autenticidade, assim como as provocadas por qualquer forma de poluição (...)

#### 4.3.3 - Carta de Burra (1980)

A Carta de Burra, resultante do encontro realizado pelo ICOMOS, na Austrália no ano de 1980.

A carta introduz o assunto definindo o significado de importantes expressões usadas neste meio, como: bem<sup>2</sup>, significação cultural<sup>3</sup>, substância<sup>4</sup>, conservação<sup>5</sup>, manutenção<sup>6</sup>, preservação<sup>7</sup>, restauração<sup>8</sup>, reconstrução<sup>9</sup>, adaptação<sup>10</sup> e uso compatível<sup>11</sup>.

---

<sup>2</sup> Um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída (...)

<sup>3</sup> Designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes e futuras,

<sup>4</sup> Será o conjunto de materiais que fisicamente constituem o bem.

<sup>5</sup> Designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural.

<sup>6</sup> Dedignará a proteção contínua da substância (...)

<sup>7</sup> Será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.

<sup>8</sup> Será o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido.

<sup>9</sup> Será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de matérias diferentes, sejam novos ou antigos.

<sup>10</sup> Será o agenciamento de um bem e uma nova destinação (...)

<sup>11</sup> Designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância (...)

A carta é dividida de acordo com assuntos, estes sendo: Conservação, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e por fim alguns procedimentos.

Os pontos importantes para este estudo de caso, serão apresentados a seguir.

O primeiro ponto de destaque é o Artigo 3º que trata “A conservação se baseia no respeito a substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente”, defendendo que cada substância tem sua singularidade; e que quando esta singularidade é “quebrada”, a substância perde o valor de testemunho.

Em se tratando do assunto restauração a carta destaca no Artigo 16º:

As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Quando a substância do bem pertencer a várias épocas diferentes, o resgate de elementos datados de determinada época e detrimento das de outra só se justifica se a significação cultural do que é retirado for de pouquíssima importância em relação ao elemento a ser valorizado.

Quando a assunto está relacionado às adaptações, este também requer cuidados, como observado no Artigo 20º “A adaptação só pode ser tolerada na medida em que represente o único meio de conservar o bem e não acarrete prejuízo sério a sua significação cultural”. Sendo assim, as adaptações tomadas como o último recurso para salvaguardar.

#### 4.3.3 – Carta de Washington (1986)

A carta de Washington foi um encontro realizado pelo ICOMOS na cidade de Washington nos Estados Unidos, no ano de 1986, traz em foco a salvaguarda das ditas cidades históricas.

No geral, a carta inicia com conceitos e definições, nesta passagem temos o conceito de cidades históricas “(...) todas as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas.” e a justificativa para que se preservar.

A presente carta diz respeito mais precisamente às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos com seu entorno natural ou construído, que além de sua condição de documento histórico, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. Atualmente muitas delas estão ameaçadas de degradação, de deterioração e até mesmo de destruição, sob efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as sociedades.

Tratando dos princípios e objetivos inseridos nesta carta, destaco o item 2, por se tratar da matéria de autenticidade da cidade histórica “Os valores da preservação são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular (...)” mais especificamente na letra “e” que diz: “as diversas vocações da cidade, adquirida ao longo de sua história. Qualquer ameaça a esses valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica”. Entendendo que a passagem do tempo existente em dada cidade deve ser preservada.

Aconselhando no item 4 que:

“As intervenções em um bairro ou uma cidade histórica devem realizar-se com prudência, sensibilidade, método e rigor. Dever-se-ia evitar o dogmatismo, mas levar em consideração os problemas específicos de cada caso particular”.

#### 4.3.4 – Carta de Petrópolis (1987)

A carta de Petrópolis é a resolução do 1º Seminário brasileiro para preservar e revitalização de centros históricos, realizado na cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro, em 1987. A carta introduz o assunto com a definição de sítio urbano, levantando a questão de que toda a cidade é histórica, “não por oposição a espaços não históricos da cidade, já que toda a cidade é um organismo histórico. ”



Para o caso de estudo em foco, julgo importante destacar o que é visto em seu item 8, que ressalta a importância da realização de inventários<sup>12</sup> dentro dos SHU – Sítio Histórico Urbano.

No processo de preservação do SHU, o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constitui-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultural e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio.

Dando continuidade ao assunto SHU, o item 9 expõe sobre instrumentos balizadores no momento de preservar estes sítios.

A proteção legal do SHU far-se-á através de diferentes tipos de instrumentos, tais como: tombamento<sup>13</sup>, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação<sup>14</sup>.

Resumindo, observa-se que até o final da década de 1990 várias recomendações são publicadas, assim demonstrando o aumento do interesse e discussões abordadas em momentos passados.

Nas primeiras cartas, fica clara a preocupação em definir a própria noção de monumento e de seu entorno; mais tarde, observa-se que a proteção é estendida aos conjuntos arquitetônicos; numa etapa posterior, dá-se ênfase aos aspectos ligados ao urbanismo, ao uso, à integração com outras áreas e

---

<sup>12</sup> O inventário é uma forma de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Iphan (2013)

<sup>13</sup> Ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. (...) O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Iphan (2014)

<sup>14</sup> Ato de extinguir o direito sobre a terra ou sobre qualquer outra propriedade privada.

a inserção da preservação em todos os planos do desenvolvimento (...). As questões pertinentes à garantia da qualidade de vida e à proteção do meio ambiente aparecem na década de sessenta, porém é a partir dos anos oitenta que se tornou clara a percepção de que, ao longo da história os fatos culturais estão necessária e intimamente ligados aos recursos naturais. Hoje a ação preservacionista mostra a preocupação com contextos culturais em que os bens preservados se inserem, recriando significados. Nos documentos mais recentes (...) destaca-se a preocupação com a autenticidade, cultura popular e patrimônio imaterial, e que também leve em consideração os valores e referências locais, além das universais. Cury (2004, p.10)

## 5 - SURGIMENTO NO BRASIL DO INTERESSE PELO PATRIMÔNIO

No início do século XX, o Brasil começa a esboçar suas primeiras preocupações acerca do seu patrimônio, a causa era a preocupação pela busca da criação de uma identidade nacional que o representasse.

A princípio era observado a forte influência da cultura europeia, o que de fato não permitia “espaço” para as expressões culturais brasileiras. A elite do país se encontrava absorvida pelo que vinha de fora, como a cultura pós-industrial e as ideias iluministas.

O que neste momento teve grande peso foi a necessidade de uma cultura própria do Brasil, baseada em traços deixados por seus antepassados, como do negro e índio, estes ainda não vistos como parte da sociedade da época. Como forma de solucionar essa tendência cultural que vinha surgindo, no início da década de 1920 intelectuais iniciaram um movimento de cunho nacionalista, afim de “resgatar” a cultura própria do país.

O movimento defendia a valorização da cultura local, o que de fato marcou o culto das obras de Aleijadinho juntamente da arte barroca. Este momento foi marcado pela tentativa de implementar algum tipo de legislação que garantisse a proteção desse patrimônio que estava sendo “redescoberto”, assim, vários

estados sensibilizaram pela causa e tentaram garantir o direito ao patrimônio local.

Um dos grandes passos de grande relevância pela preservação patrimonial pode ser visto com a criação em 1937 do decreto de 25/37 (decreto lei de 25 de novembro de 1937), considerando efetivamente ato protetivo de importância. O decreto define os bens que deveriam ser tutelados e também cria o primeiro serviço que teve como papel garantir a preservação, o SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além de enfatizar a proteção para os bens materiais, sendo estes móveis ou imóveis também criou o instrumento balizador conhecido como tombamento.

O patrimônio também seria evidenciado no âmbito legislativo, na Constituição Federal de 1988, que estabelece a cultura como direito fundamental e assegura a proteção de bens patrimoniais, visto desta maneira em seus artigos 215 e 216.

#### 5.1 – O patrimônio ouro-pretano e suas primeiras regulamentações.

Ouro Preto durante o século XIX sofreu estagnação, o motivo foi a Proclamação da República que resultou na perda do status de cidade capital para a então nova e moderna Belo Horizonte, em 1897, como lembrado por VILLASCHI (2008)

Os impedimentos de ordem técnica a expansão do tecido urbano e a incompatibilidade com padrões modernos e funcionais tinham se somado as aspirações governistas por uma capital de estado emblemática que representasse os ideais da nova ordem política e social da nascente República.

A mudança de capital resultou na cidade de Ouro Preto o grande êxodo de pessoas. No ano de 1900, algumas instituições públicas do estado já haviam deixado a cidade, conferindo um grande prejuízo econômico e uma baixa populacional significativa, sendo que no ano de 1902 a cidade contabilizava cerca de 10 mil habitantes. “(...) muitas moradias chegaram a desmoronar por falta de uso e condições de manutenção” VILLASCHI (2000)

A partir de 1924, com o surgimento de ideias modernistas, o estilo barroco e o personagem de Aleijadinho foram elevados como manifestação pura da arte brasileira, assim o caráter cultural, artístico e arquitetônico de Ouro Preto foi evidenciado, a cidade recebeu visitas importantes da época como: Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e o poeta Blaise Cendrars.

Na década de 1920, surgiu os primeiros projetos de lei que focalizavam a preservação do patrimônio, em Ouro Preto no ano de 1931 passou a vigorar o Decreto nº13, de 19 de setembro de 1931:

- Estabelecia o tipo artístico dos prédios situados no perímetro da cidade.
- Finalidade: Não permitir a construção de edificações novas que estivessem em desarmonia com o estilo então proposto, o colonial. Determinava ainda que os prédios já construídos que não estivessem em acordo com o estilo indicado, deveriam se adequar para que entrassem em acordo com todo o conjunto urbano. (Este exemplo pode ser claramente visto mais à frente nas figuras 1, 2, 3 e 4).

No ano seguinte à esta publicação, surge o Decreto nº 25, de 3 de setembro de 1932:

- Reforçava o decreto anterior.
- Finalidade: Estabelecer regras em decorrência de reparos ou reformas. Qualquer modificação, a partir de então, deveria passar por aprovação da Prefeitura, que tinha a intenção na manutenção da arquitetura no estilo colonial para todas as edificações, independente de obra nova ou antiga.

Como sugere ABDALLA e BENITEZ:

A premissa era de que, com a manutenção do conjunto arquitetônico e o aspecto tradicional, haveria maior interesse pela cidade como destino turístico. A partir daí começou o estabelecimento do falso histórico que se inseriu no conjunto genuinamente antigo, fundindo o antigo e o novo.

A visibilidade para Ouro Preto começa a crescer quando a cidade, em 1933 é decretada Monumento Nacional, na mesma década no ano de 1937 é criado o SPHAN e no mesmo ano a cidade é tombada. Este aumento pela aprovação de projetos de obras, impossibilitava que cada caso fosse analisado conforme sua especificidade, logo para solucionar este problema, foram criadas práticas para as construções, uma forma mais generalizada de resolver o problema de demora em análise de projetos;

“Passou-se então a exigir a utilização dos elementos estruturais da fachada em madeira, como: beirais de cachorro, vãos em caixões externos e folhas em rótula, calhas ou guilhotinas”. Lia Motta (1987)

Até a década de 40 a preocupação se resumia a caracterização que deveria ser claramente observada nas fachadas das construções.

O crescimento populacional vem à tona, e o que antes eram poucos projetos de obras a serem avaliados agora crescia consideravelmente. Este serviço de avaliação, não partia neste momento unicamente da prefeitura, o órgão do SPHAN também fazia parte desta ocupação. A problematização em poder distinguir os edifícios históricos daquelas novas construções começa a surgir neste ponto, e será melhor explicitado no capítulo seguinte.

## 6 – A DUALIDADE ENTRE O DESENVOLVIMENTO URBANO E A PROTEÇÃO DO PATRIMONIO EDIFICADO EM OURO PRETO - MG.

### 6.1 – O interesse por Ouro Preto como cidade histórica.

Para melhor entendimento em relação ao patrimônio edificado da cidade de Ouro Preto, é interessante partir do momento em que a cidade vivia no final do século XIX; onde discussões tanto no âmbito municipal como estadual eram realizadas em relação ao destino da cidade; discussões relacionadas sobre permanência da capital mineira em Ouro Preto ou a transferência deste status para a então nova e moderna Belo Horizonte da época.

Foi em 17 de dezembro de 1893, que o congresso decretou a transferência da capital para Belo Horizonte, a qual o título passou a vigorar em julho de 1897. Este fato se concretizou pela forma como Ouro Preto era visto no ponto de vista da época, como lembrado por NATAL (2005, p.2)

(...) Ao longo do século XIX, com a paulatina queda das atividades mineradoras, as visões e discursos sobre Ouro Preto passavam a simbolizá-la como unidade estagnada economicamente criando uma imagem de cidade “desleixada”, atrofiada, corolário de imprevidência e do descaso, cujas construções seriam irregulares, estabelecimentos mal direcionados; suas ruas eram vistas como demasiado irregular e estreitas, não suprimindo assim as exigências modernas de circulação e fluência, taxava-se Ouro Preto de cidade suja, insalubre, com sérias deficiências no que diz respeito as questões higiênica e sanitária.

Após este episódio de transferência da capital mineira, Ouro Preto é esquecida como lembrado por NATAL (2005) “contra estes estigmas, insurgem vozes que defenderão o caráter ‘antigo’ de Ouro Preto, num esforço de resgate de sua importância para a sociedade mineira brasileira”.

A busca pela cidade histórica vem surgir quando as ideias de preservação criadas no fim do século XIX e início do século XX, assim, Ouro Preto que antes teria que se modernizar para atender melhor os novos anseios da sociedade; agora, é tida como documento vivo de um passado, consagrado como patrimônio cultural. Como comentado por NATAL (2005, p.4)

Ouro Preto passa a assumir uma imagem cuja principal atributo seria a sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de perder um importante elemento construtivo da identidade brasileira mineira.

Desta forma, Ouro Preto passa a ser foco da memória coletiva, que traz consigo características únicas de um passado de raízes autenticamente

brasileiras, produto de um contexto social, cultural e econômico que merecia ser preservado, NATAL (2005) “A preocupação em preservar a história passa a ser a preocupação em preservar a própria cidade, uma vez que ambas, história e cidade, comporiam juntas a imagem passado lendário que deveria ser preservado”.

Em 1911, com a comemoração do Bi Centenário da cidade de Ouro Preto, as primeiras ideias relacionadas a preservação do seu traçado urbano são postas em questão. No ano de 1924, como já lembrado, é marcado pela chegada dos então intelectuais modernistas, que viam a cidade como modelo de representação da cultura autenticamente brasileira. Na década de 1920, as ideias de preservação ganham peso na forma da elaboração dos primeiros projetos; Em julho de 1933, Ouro Preto é oficialmente decretada como monumento nacional, tutelado pelo Governo Federal consolidando assim, cidade histórica.

## 6.2 - Alguns resultados das transformações no centro histórico ouro-pretano.

Como já dito anteriormente, Ouro Preto foi uma cidade que em dado momento esteve no “esquecimento”, como consequência deste acontecimento a tipologia arquitetônica colonial se manteve de alguma maneira preservado em relação as suas características tidas como únicas.

Porém a partir de 1924 com o interesse dos modernistas pela cidade, justamente pelo motivo da preservação tipológica, o patrimônio passa por algumas transformações.

A primeira delas viria a ser a “adequação” de prédios que apresentavam o estilo eclético, mas que na realidade deveriam demonstrar “harmonia” com o restante do conjunto tido como colonial (este, para os modernistas representava as raízes da arquitetura brasileira).

Dois casos na cidade se destacam quando este assunto é abordado, sendo o primeiro caso relativo a antigo Edifício do Banco de Comércio e Industria de Minas Gerais (Figura 1) hoje conhecido como prédio da Defensoria Pública (Figura 2).



Figura 1: Fotografia do início do séc. XX – Edifício do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais.

Fonte: Acervo Luiz Fontana.



Figura 2: Fotografia atual do antigo Edifício de Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais.

Fonte: Ana Beatriz Araújo(2014)

Podendo desta forma notar a evidente mudança da fachada, onde a antiga apresenta platibanda<sup>15</sup> diferente da recente que tem como arremate do telhado cachorros<sup>16</sup> onde facilmente hoje observa-se o caimento da água do telhado direcionado para a rua (característica típica de construções coloniais). Outra transformação é na escadaria da frente da edificação, onde na antiga observa-se um pequeno jardim que na atual já não existe, este foi transformado em estacionamento para carros.

O segundo caso em questão é relativo ao antigo Liceu de Artes e Ofícios (figura 3) hoje edifício do cinema Cine Vila Rica (figura 4), como destacado com a seta vermelha, nas fotografias a seguir.

---

<sup>15</sup> É a moldura contínua, mais largado que saliente, que contorna a construção acima dos frechais, formando uma proteção ou uma camuflagem do telhado.

<sup>16</sup> Em arquitetura, designa-se como cachorro, ou mísula a um elemento exposto que suporta os beirais de um telhado ou qualquer outro corpo saliente de um edifício, ao mesmo tempo que pode ter carácter decorativo; peças contra fixadas feitas de madeira ou de pedra.





Figura 3: Fotografia do início do séc. XX - Rua Tiradentes.  
Fonte: Acervo Luiz Fontana.



Figura 4: Fotografia atual – Antigamente Rua Tiradentes hoje Largo do Cinema.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)

É claramente perceptível a mudança feita também em sua fachada, assim como no caso anteriormente comentado, onde ocorreu a retirada do elemento decorativo chamado platibanda, sendo este substituído por uma cimalha<sup>17</sup> em toda extensão da fachada do edifício; resultando no aparecimento da água do telhado direcionada para a rua.

<sup>17</sup> Parte superior da cornija. Saliência ou arremate na parte mais alta da parede, onde assentam os beirais do telhado.

Aquilo que antes era visto como o abandono da cidade, tornou na década de 1940 um crescimento alarmante por conta da economia que sofrerá mudanças com a chegada da indústria na cidade. MOTTA conta que de acordo com pesquisa do IBGE a população ligada a indústria aumentou em 70%. Para um melhor esclarecimento MOTTA mostrou a comparação desse número com os dados das décadas seguinte, onde, na década de 1950 a população aumentou em 19%, e na década de 1960 o aumento foi de consideráveis 131%.

Este crescimento de certa forma contribui com aspectos negativos para o dito “centro histórico ouro-pretano”; com a superlotação e grande valorização das edificações históricas junto da exploração imobiliária do centro histórico, a ocupação periférica foi acentuada, muitas vezes nas encostas da cidade, tornando esta movimentação a prévia descaracterização do patrimônio cultural. Como lembrado por ABDALLA e BENITEZ (2012):

A cidade, cuja preservação se deveu, em parte, pela falta de pressão de crescimento nas primeiras décadas do século XX, agora passou a ser vítima de um novo ciclo econômico. Os limites da cidade foram rompidos pela expansão da periferia, o centro histórico ficou super valorizado economicamente pelas novas modalidades de ocupação. A cidade obra de arte estava ameaçada de descaracterização.

Os autores citados ilustram esta passagem com fotografias que mostram o convívio dos monumentos e esta ocupação dita desordenada na cidade de Ouro Preto, como também exemplifico nas (figuras 5 e 6) consecutivamente mostram a ocupação de encostas vista do centro histórico da cidade, do bairro Vila Aparecida e Alto da Cruz.



Figura 5: Vista parcial do Bairro Vila Aparecida a direita e Bairro Barra na parte inferior  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).



Figura 6: Vista Parcial do Bairro Alto da Cruz, detalhe a direita Igreja de Santa Efigênia,  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).

Outra questão que contribui para a perda das características nos centros, surge na década de 1970, onde, como observado por ABDALLA e BENITEZ, o órgão responsável por zelar pela preservação do patrimônio, divulga parâmetros estilísticos para que a ação seja efetivada; estes padrões serviam para toda a cidade e obrigatoriamente aplicado as fachadas das edificações; vale ressaltar que esta norma até hoje é vista em prática sendo prevista pela portaria 312, de outubro de 2010, do Iphan. Como resultado da regra imposta pelo órgão competente, os fundos das edificações foram desmerecidos quando comparados com a fachada dos casarios (figura 7).



Figura 7: Imagem dos fundos das edificações do centro histórico, vista da Ponte dos Contos.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).

Dentro dos centros históricos são ditadas regras básicas no momento de qualquer tipo de intervenção, sendo está, em imóveis antigos e até mesmo os atuais:

(...) A tipologia dos edifícios vizinhos, volume especialmente do telhado e implantação do terreno, entre outros itens são consideradas referências para **quaisquer obras**, sejam elas construções novas ou reformas. (...)

Desta maneira os autores evidenciam concluindo:

(...) Inconstitucionalizando o falso histórico ou o simulacro<sup>18</sup>. (...) de forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Grey Debord, em uma frase memorável, “a imagem se tornou a forma final da reificação”. É de esperar que a nova lógica tenha um

---

<sup>18</sup> O termo simulacro é definido por Platão como, a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu.

efeito significativo sobre o que se costumava chamar de tempo histórico. (Jamenson, apud ABDALLA e SOSTER, 2010, p.10)

A citação anterior é perfeitamente lógica no contexto da cidade deste estudo de caso. Pois pode se observar que o espaço é modificado pela sociedade de consumo onde:

(...) os bens culturais passam por uma reprodução de mercado que ocasiona a *transmutação* dos valores a eles inicialmente atribuídos (de identidade, memória coletiva e cultura); COSTA (2011)

Podendo assim dizer que as novas construções existentes no centro histórico caracterizam a chamada pastiche (figuras 8 e 9), que é “o imitar de um estilo único, peculiar ou idiossincrático<sup>19</sup>, é colocar de uma máscara linguística, é falar em uma linguagem morta” JAMENSON (2000, p.44)

---

<sup>19</sup> Idiossincrático ou idiossincrásico é a predisposição do temperamento de um indivíduo, que faz com que ele sinta de um modo especial e muito seu a influência de diversos agentes. É agir fora dos padrões normais, dos padrões esperados. Todas as pessoas têm suas preferências, suas simpatias e idiossincrasias, ou seja, seu modo de ver, sentir e reagir diante de seus conceitos e sua visão de vida.



Figura 8: Exemplificação de edificação inacabada, construída no chamado centro histórico, com tipologia colonial, futura pastiche.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)

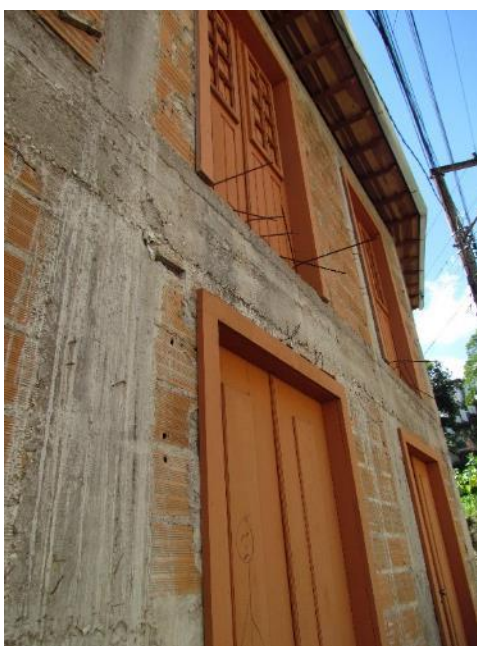


Figura 9: Detalhamento da figura 7, evidenciando a tipologia colonial.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)

Voltando a raiz dos teóricos da restauração e as recomendações presentes nas cartas patrimoniais, é sugerido que alterações por algum motivo recorrente em bens tombados ou com dado valor histórico e/ou artístico, devem se diferenciar dos demais, de forma clara para transmitir ao espectador o que de

fato existe ao invés de camuflar, maquiar a intervenção que em dado momento foi de extrema importância.

ABDALLA e SOSTER (2010) concluem a cerca desta polemica:

Contudo, em Ouro Preto, as copias são tantas que qualquer distinção entre real ou irreal torna-se quase impossível, o que transforma radicalmente nossas experiências de vida destrói os sentidos e as significações, e esvazia completamente o conceito de realidade.

O patrimônio quando visto do ponto de vista de “objeto de mercado” se encaixa perfeitamente no valor de cenografia<sup>20</sup>, perdendo sua essência transmitida por seu valor histórico e artístico para se tornar uma cidade chamada de “Disneyficada<sup>21</sup>”.

Para uma melhor compreensão do que aqui é discutido proponho análises de fotografias do início do século XX, do acervo do memorável Luiz Fontana, estas fotografias quando comparadas as tiradas de ângulo semelhante, porém, de uma época posterior, necessariamente 2014, podem retratar o que está sendo proposto neste estudo de caso.

As fotografias selecionadas, estão inseridas no chamado caminho tronco<sup>22</sup> (figura 10), que parte do bairro cabeças até o bairro Pe. Faria, por se tratar da sua importância relativa as primeiras ocupações na cidade de Ouro Preto.

---

<sup>20</sup> É a arte de criar e executar a instalação de cenários. A arquitetura se ocupa mais especificamente da geração dos ambientes internos ou externos.

<sup>21</sup> Segundo ABDALLA e BENITEZ, este termo é uma referência ao império da fantasia criado nos Estados Unidos por Walt Disney.

<sup>22</sup> Após exploração das minas normalizadas, surgem povoados com casebres em torno das capelas provisórias, delineando caminhos, que darão origem aos logradouros públicos da vila por surgir. Estes arraiais, mistos de acampamentos tornaram-se povoados, e, já no final da primeira década do século XVIII, delineia-se o caminho tronco, que vem a unir os diversos núcleos, sugerindo a ocupação urbana ainda hoje mantida. Sylvio de Vasconcellos (1956)

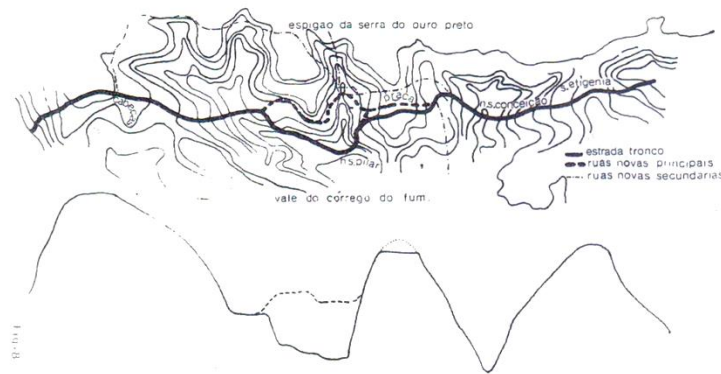


Figura 10: Caminho Tronco de Ouro Preto.  
 Fonte: Sylvio de Vasconcellos (1956).

A primeira comparação está localizada na Rua Claudio Manoel (figuras 11 e 12), conhecida como Rua do Ouvidor, sendo a primeira fotografia do início do século XX (figura 11) e a segunda (figura 12) registrada em julho de 2014.

Para melhor visibilidade para o estudo de caso, são usadas marcações na forma de circunferências. Desta forma o círculo superior destaca a Rua Santa Efigênia, observando que o número de edificações era bem menor quando comparado com hoje em dia, mais à frente este caso será melhor apresentado.

A segunda marcação está relacionada a existência do mercado e pouso dos tropeiros da cidade de Ouro Preto, como observado na fotografia do início do século XX. A edificação viria a ser demolida na metade do século XX, dando lugar ao que hoje é a feirinha de artesanato em pedra sabão.

A terceira marcação é relativa a um casarão no final da Rua Claudio Manoel, este por sua vez, no final do século XX apresentava somente um pavimento, hoje é observado que a edificação apresenta dois pavimentos.

O segundo pavimento segue de forma clara o estilo do primeiro, passando a ideia de que este sempre existiu, causando a sensação de que sempre esteve ali juntamente com o primeiro andar.



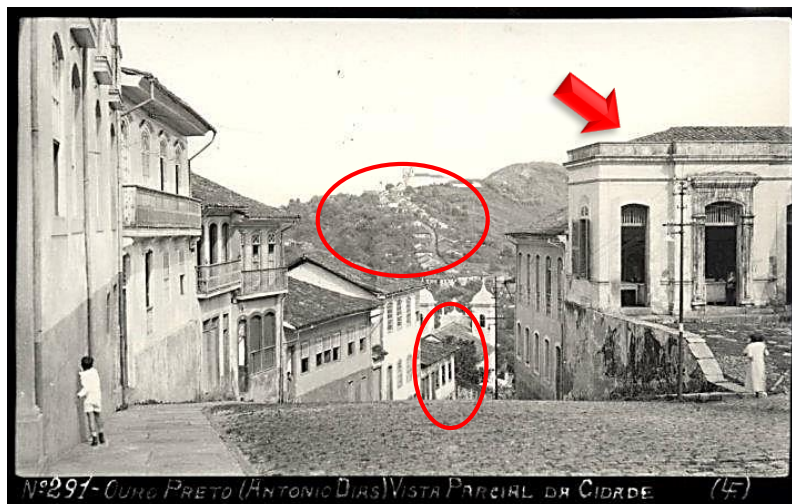


Figura 11: Fotografia do início do século XX - Hoje Rua do Ouvidor, ao fundo Igreja de Santa Efigênia.  
Fonte: Acervo Luiz Fontana.



Figura 12: Fotografia atual - Rua do Ouvidor, ao fundo Igreja de Santa Efigênia.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).

O segundo caso é visto na atual Rua São José, popularmente conhecida como a rua dos bancos. A primeira imagem (figura 13) foi registrada no início do século XX, quando comparada ao registro feito em julho de 2014 (figura 14) observa-se o surgimento de uma nova edificação, (esta pode ser claramente observada com a marcação feita nas figuras).

Por sua vez a construção apresenta características coloniais, tornando-se facilmente confundida entre o restante do conjunto, desta forma para o

espectador a diferenciação de época entre está construção e as demais ao seu entorno, tornam dificilmente distinguíveis.

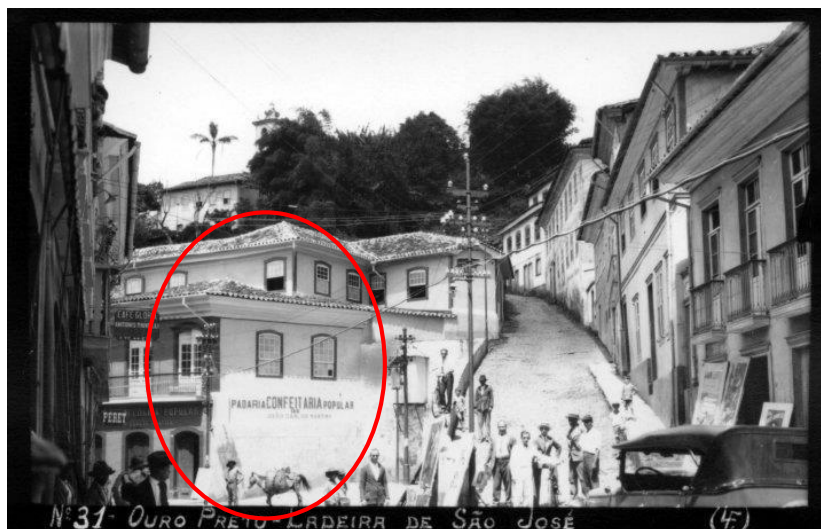


Figura 13: Fotografia da Rua São José, início do séc. XX.  
Fonte: Acervo Luiz Fontana.

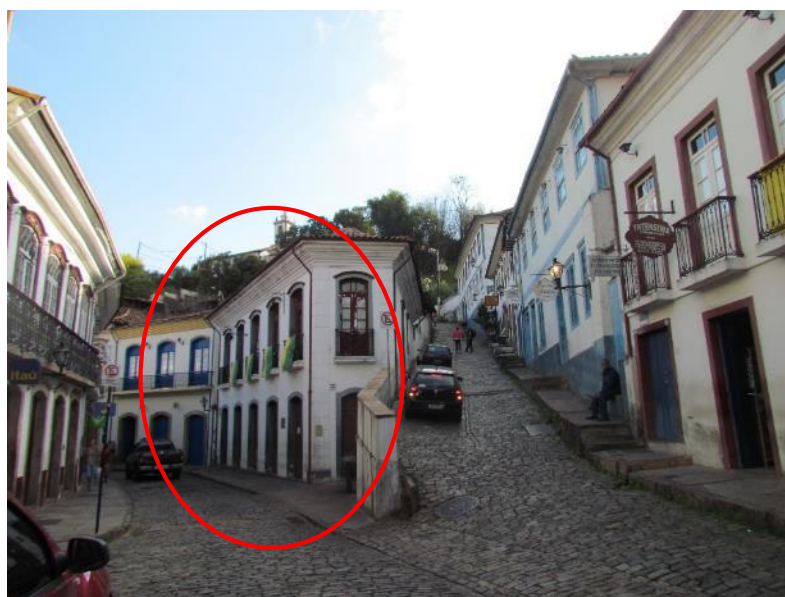


Figura 14: Fotografia da Rua São José atualmente.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).

As figuras seguintes (figuras 15 e 16), estão localizadas na chama Ponte dos Contos, sendo a primeira tirada no início do século XX e a segunda em julho de 2014.

A modificação a ser analisada neste caso é a mudança do estilo da ponte onde, na primeira apresenta gradeamento circundando-a, e na atual mostra uma

proteção mais baixa com o acréscimo de um cruzeiro ao meio da passagem, à direita da foto.

Essas modificações se confundem em se tratando do tempo em que foram feitas, sendo a atual facilmente retratada como algo feito no século XIX ou até mesmo século XVIII.



Figura 15: Fotografia da Ponte dos Contos início do séc. XX.  
Fonte: Acervo Luiz Fontana.



Figura 16: Fotografia da Ponte dos Contos atualmente.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).

O seguinte caso está relacionado com duas edificações e um mobiliário urbano ambos localizados na Praça Tiradentes, como observado (figuras 17 e 18) sendo a primeira figura, retirada do acervo de Luiz Fontana, com data

aproximada do início do século XX, e a seguinte, tirada em ângulo semelhante, registrada em julho de 2014.



Figura 17: Fotografia da Praça Tiradentes início do século XX.  
Fonte: Acervo Luiz Fontana



Figura 18: Fotografia da Praça Tiradentes atualmente.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).

A primeira edificação a ser comentada é a antiga Escola de Minas, hoje Museu de Ciência e Técnica, ao observar a fotografia do início do século XX e comparando-a com a de julho de 2014, claramente é observado acréscimo na parte do canto direito da fachada.

Onde dois pavimentos que não existiam são perfeitamente vistos (como destacado em ambas as figuras com marcação em vermelho dentro de uma circunferência).

O que interessa neste estudo, é que o “anexo” observado se confunde com o restante da construção não havendo distinguibilidade entre o momento da construção, podendo vir a ser um caso de pastiche. A diferenciação de época somente é permitida quando se realiza comparações, como aqui feito.

A segunda edificação é observada ao lado esquerdo da fotografia, (destacada com uma seta em vermelho). Hoje esta construção é o Centro Acadêmico da Escola de Minas, antigamente fórum da cidade.

Ao observar o estilo eclético visto na primeira fotografia, evidenciando o elemento decorativo chamado platibanda, quando observada na segunda fotografia não é encontrada, sendo esta substituída por uma cimalha, deixando visível a água do telhado em telha cerâmica.

Este tipo de mudança mostra ser feita para que o estilo colonial na cidade sempre fosse evidenciado, não permitindo desta maneira espaço para que outro estilo fosse apreciado, o eclético, casos semelhantes a esse podem ser vistos anteriormente nas figuras 1, 2, 3 e 4.

O outro fato que evidenciado nas figuras é a presença de um coreto, hoje não mais existente no local (destacado com seta em vermelho).

A próxima análise comparativa entre fotografias antigas e atuais, (figuras 19 e 20) está localizada no tradicional bairro do Antônio Dias, mais necessariamente o Largo Frei Vicente Botelho, circundado por casarios setecentistas com estilo colonial.

Neste caso o que chama a atenção é o tipo de ocupação observada ao fundo da figura, sendo a imagem de uma ocupação feita em encosta.



Figura 19: Fotografia do início do século XX, Largo Frei Vicente Botelho, bairro Antônio Dias.  
Fonte: Acervo Luiz Fontana



Figura 20: Fotografia atual, Largo Frei Vicente Botelho, bairro Antônio Dias.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)

O local de ocupação desordenada é o bairro Vila Aparecida, o que preocupa neste caso é o impacto visual visto do centro histórico, vale observar que mesmo sendo uma ocupação tida como recente, do século XX, o estilo da arquitetura colonial é observado nas construções do bairro, como observado em

seguida, (figuras 21, 22, 23 e 24) podendo assim para alguns espectadores causar certo confronto de entendimento cronológico.



Figura 21: Exemplo de casas no bairro Vila Aparecida.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)



Figura 22: Fachada principal, edificação no bairro Vila Aparecida.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).



Figura 23: Parte da Fachada da edificação no bairro Vila Aparecida.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).



Figura 24: Fachada principal da edificação no bairro Vila Aparecida.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)

Este caso pode ser complementado com informações vistas anteriormente referentes as figuras 5 e 6, que tratam da exemplificação dentro da cidade de Ouro Preto relacionada a ocupação desordenada.

A comparação feita a seguir (figuras 25 e 26) encontrar-se na localidade conhecida como ladeira de Santa Efigênia ou Rua Santa Efigênia.

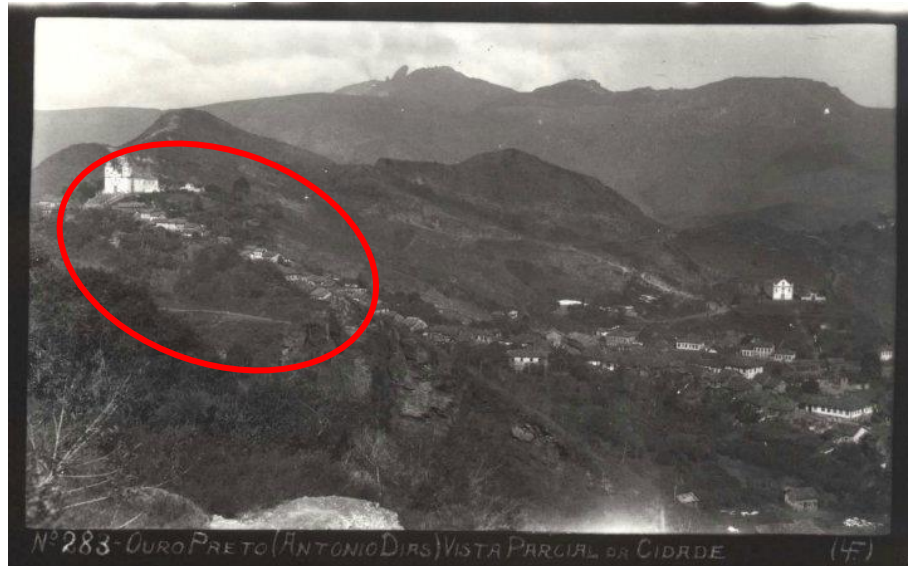


Figura 25: Fotografia do início do século XX, com vista parcial da cidade, em foco a Ladeira de Santa Efigênia.  
Fonte: Acervo Luiz Fontana



Figura 26: Fotografia atual, com vista parcial da cidade, em foco a Ladeira de Santa Efigênia.  
Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)

Como observado, a fotografia que retrata a localidade no início do século XX, (figura 25) apresenta baixo número de moradias, quando comparado à fotografia tirada em 2014, onde este número sofre aumento significativo. Ao observar detalhadamente algumas das novas edificações neste logradouro, (figuras 27, 28, 29 e 30) é evidente a “cópia” do estilo colonial por todo percurso.





Figura 27: Ladeira de Santa Efigênia, exemplo de finalizações da obra de uma casa no estilo colonial.

Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).



Figura 28: Exemplo de casa no estilo colonial, com garagem adaptada.

Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).



Figura 29: Vista parcial da Ladeira de Santa Efigênia e sua ocupação por casas no estilo colonial.

Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014)



Figura 30: Detalhe das casas coloniais na Ladeira de Santa Efigênia.

Fonte: Ana Beatriz Araújo (2014).

Edificações que antes não existiam, foram construídas com base naquelas que ali estiveram no período setecentista. Como visto em casos anteriores abordados.

Este tipo de posicionamento causa grande impacto visual quando o fato cronológico é colocado em xeque, causando ao espectador a sensação de que aquele local sempre apresentou aquele número de moradias, sendo todas na mesma época.

## 7 – CONCLUSÃO

A partir do assunto discutido neste estudo de caso, concluo que, intervenções em localidade consideradas históricas devem ser bem analisadas e estudadas detalhadamente antes de qualquer tipo de ação.

Quando esta for a única maneira de salvaguarda a história, que seja feita com respeito aos estudos antes feitos por teóricos da restauração ou aconselhamentos encontrados em cartas patrimoniais.

A partir destes estudos, enfatizando neste caso a Teoria de Cesare Brandi e a Carta Italiana de Restauo; embasamentos concretos para a justificativa da intervenção serão fundamentados, desta forma, o espectador poderá se sentir seguro ao analisar e admirar dadas construções feitas em décadas passadas; sabendo seguramente que aquele objeto transmissor do passado realmente é autentico ao que diz ser.

O respeito ao passado é essencial para que se transmita para o futuro o que de fato um dia aconteceu, junto de suas marcas do tempo porém preservadas, por todos aqueles que são “donos” de dados monumentos culturais.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Ricardo A.; BENITEZ, Diego M. *Patrimônio edificado: A dualidade entre o histórico e o não histórico – o caso Ouro Preto*. IFMG Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, CODARES – Ouro Preto, 2012

ABDALLA, Ricardo A. SOSTER, Sandra S. *Reflexões sobre o patrimônio cultural e a modernidade*. – Doutorado – do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos – USP. São Carlos, 2010.

BARATA SALGUEIRO, Teresa. *A cidade em Portugal – Uma geografia urbana*. 3ª ed. Porto – Portugal: Edições Afrontamento, 1999

BOITO, Camillo. *Os Restauradores*; tradução Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. 3ª ed. Cotia - SP: ateliê Editorial, 2003. 63 p.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*; tradução Beatriz Mugayar Kühl. 3ª ed.– Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008. 261 p.

CALDAS, K. V.; SANTOS, V. C. B.; SANTOS, C. A. A. *Retratabilidade: renomeando e reconceituando um critério*. Programa de Pós Graduação em memória social e patrimônio cultural da Universidade de Pelotas, 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*; tradução de Luciano Vieira de Machado. 3ªed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288 p.

COSTA, Everaldo Batista da. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. São Paulo: Humanistas: FAPESP, 2010.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3ªed. rev. aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.

DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território* – Lisboa, 2005

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*; tradução de Beatriz Perrone-Moisés – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008. 448 p.

LUSO, Eduarda; Lourenço, B. Paulo; ALMEIDA, Manuela. *Breve história da teoria da conservação e restauro*. Número 20, 2004. 44 p.

MARCONI, Mariana de A.; PRESOTTO, Zélia M. N. *Antropologia: uma introdução*. 2ªed. – São Paulo: Atlas, 1989. 308 p.

MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto – uma história de conceitos e critérios*. Edição 20 – Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1987.

NATAL, Caion Meneguello. *Imagens de Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Artigo publicado no XXIII Simpósio nacional de história, Londrina, 2005.

RIEGL, Aloïs. *El Culto a los Monumentos*. Madri: La Balsa de La Medusa; Visor, 1999, 200 p.

RUSKIN, Jonh. *As sete lâmpadas da arquitetura*; tradução Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2000.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. *Relatório de estágio de mestrado: Planejamento estratégico para o centro histórico de Torres Vedras*. Universidade de Lisboa, 2010.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica, formação e desenvolvimento, residências por Sylvio de Vasconcellos*. Ministério da educação e cultura, Instituto nacional do livro, 1956, 319 p.

VILLASCHI, Juca, *Caderno de Ofícios cidade*. Ouro Preto: FAOP, 2008, 72 p.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. *Restauração*; tradução Beatriz Mugayar Kühl. 3ªed. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2000, 70 p.

<<http://www.ouopreto.mg.gov.br/luizfontana/index/index.php?pag=1&&id=13>>  
acesso em: 09 de junho de 2014 às 19:44

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=0F9B8025A63F341B6F92031A498F4636>>  
acesso: 26 de maio de 2014 às 18:39